

MARROCOS: UM REGIME TUTELADO PELAS POLÍCIAS

As informações dando conta do endurecimento do regime marroquino sobre os que lhe se opõem têm-se multiplicado nos últimos tempos, algumas delas com origem nos próprios meios de comunicação por ele controlados.

Nos finais de Dezembro passado um despacho distribuído pela agência noticiosa marroquina dava conta de que os serviços de informação estavam a perseguir com especial empenho os opositores no exílio: «A Direcção Geral de Segurança Nacional (DGSN), a Direcção Geral de Vigilância Territorial (DGST) e a Direcção Geral de Estudos e Documentação (DGED) apresentaram queixa contra particulares estabelecidos no estrangeiro». Foi apresentada ao Ministério Público do Tribunal de Primeira Instância de Rabat contra «indivíduos estabelecidos no estrangeiro», por «insultar funcionários públicos no exercício das suas funções» e «desacato com os órgãos constituídos», bem como por «denúncias caluniosas», «crimes fictícios» e «divulgação de alegações e factos falsos» e, por último, por «difamação».



Fig. 1: Liberdade de informação!

No mês anterior, em Novembro, doze organizações internacionais de direitos humanos, entre as quais a *Human Rights Watch*, apelaram às autoridades marroquinas para que pusessem cobro à campanha de «assédio policial e judicial» que Maati Monjib, intelectual e opositor marroquino, sofre há vários anos, sem que o seu apelo tivesse encontrado qualquer eco. Monjib, uma das vozes críticas mais emblemáticas, criador da Associação para o Jornalismo de Investigação, foi detido em 29 de Dezembro e encarcerado na prisão El Arjat, nos subúrbios de Rabat, tendo sido condenado a um ano de cadeia e a uma multa de 10.000 dirhams, juntamente com mais seis jornalistas.

A própria comunicação social estrangeira não é indiferente a estas perseguições, como o prova o [artigo de 30 Janeiro do The Economist](#) com o sedutor título “*Sex, lies and videotape/Morocco’s regime is accused of blackmailing critics*”.

O sítio [El Confidencial Saharaui dá conta](#) da leitura de Farid Boukas, um ex-agente dos serviços de informação e autor do livro *MARROCOS PELOS OLHOS DE UM EX-AGENTE SECRETO*, sobre a actual situação na sociedade marroquina. «No dealbar de uma nova Primavera Árabe, Marrocos vive uma grave crise política e económica. O rei está a começar a tornar-se o centro de críticas incisivas, principalmente nas redes sociais, algo que era extremamente raro no passado. (...). No coração da própria instituição política, há cada vez mais vozes críticas. Denunciam os excessos e deficiências do

sistema, mesmo que não ousem atacar abertamente a monarquia. Marrocos vive uma situação confusa que atinge todas as categorias sociais (...). Perante um clima político insustentável, o regime e os seus aficionados insistem obstinadamente em apresentar Marrocos como um refúgio de paz e estabilidade política na região. (...). Ao abraçar a repressão, tanto policial como judicial, o rei Mohamed VI pôs fim a um mito que ele próprio se esforçou por criar: a "excepção marroquina". Isso torna o cenário de uma violenta revolta popular cada vez mais concebível.»

Se o reconhecimento formal do Estado de Israel pretendia criar uma dinâmica de aceitação, pela comunidade internacional, da integração do Sahara Ocidental no reino marroquino, veio, no entanto, agudizar esta já tensa situação interna. Várias organizações saíram a terreiro a condenar essa decisão. Uma delas foi o "Movimento Justiça e Espiritualidade" (*Al Adl Wal Ihsane*), considerada por alguns a maior organização islâmica do país, criada em 1973. «A tirania e a debilidade do regime em Marrocos levou a que trocasse a normalização com Israel pela questão saharai, que se encontra nas mãos das Nações Unidas» afirmou Mohamed Hamdoui, responsável pelas relações exteriores do movimento. «A corrupção do regime e a sua espoliação dos recursos financeiros do povo marroquino levou-o a que procurasse a protecção da entidade sionista».

Dias antes, Mohamed Abadi, dirigente do movimento, em declarações ao canal *Arabi21* alertava: «Trabalhamos para reformar as condições políticas e sociais e isso não é possível sem reformar o sistema de gestão, já que o Estado tudo monopoliza e interfere em todos os assuntos e afecta inclusive as instituições de socialização, como a família, a mesquita, a escola e os meios de comunicação». E concluiu defendendo que a reforma em Marrocos começa com a democratização do sistema e o derrube do regime monárquico que impede a participação política do povo marroquino.

Outra voz que se levantou foi a de Ali Lmrabet, um jornalista e diplomata marroquino membro da Associação Marroquina dos Direitos Humanos (AMDH), fundador e director de diversos órgãos de comunicação em Marrocos. No exercício da sua actividade jornalística viu-se na necessidade de fazer greve de fome em mais do que uma ocasião, tendo contado numa destas ocasiões com a **solidariedade do Sindicato dos Jornalistas portugueses**. Foi um dos principais repórteres do diário espanhol *El Mundo*. Está proibido de exercer a actividade no seu próprio país.

No **PoliticsToday.org**, comentando a decisão de trocar o reconhecimento de Israel pelo reconhecimento norte-americano da anexação do Sahara Ocidental, escreveu: «Num país como Marrocos, que tem uma monarquia supostamente constitucional, os representantes eleitos na Câmara dos Deputados, apesar de conhecerem os sentimentos da sua base eleitoral, não expressaram a sua voz, ao menos simbolicamente, revelando o seu descontentamento com a mudança.

«No entanto, nada aconteceu no país, onde a opinião pública não conta e onde praticamente todos os partidos políticos há muito foram domesticados. Apenas três partidos expressaram opiniões contrárias à decisão real.

«A Federação da Esquerda Democrática (FGD), com dois deputados que protestaram, mas suavemente; e dois outros movimentos sem representação parlamentar, que ainda são considerados os verdadeiros partidos da oposição em Marrocos: os Marxistas de "A Via Democrática" e os islamitas da poderosa associação "Justiça e Espiritualidade".»

E mais adiante: «Marrocos é reconhecido no Ocidente como um país árabe e muçulmano "moderado". No entanto, se é realmente moderado, só o é nas suas relações com a União Europeia e os Estados Unidos da América. Quanto a tudo o mais, a monarquia marroquina é uma genuína autocracia. (...). No fim de contas, as causas "sagradas" em Marrocos não são nem a Palestina nem o Sahara Ocidental. A primeira causa sagrada é a sobrevivência da dinastia Alauita.»

E em finais de Janeiro era divulgada a notícia da prisão, na cidade de Demnate, de um jovem militante das juventudes do partido “A Via Democrática”. Segundo o comunicado da organização, a decisão das autoridades judiciárias de processar este membro após a sua libertação era uma «tentativa desesperada do regime de Makhzen [o aparelho palaciano] de suprimir a liberdade de opinião e expressão», um acto vingativo contra o partido por causa das suas posições face às «várias questões nacionais» e as suas posições de «princípio» favoráveis à organização de um referendo de autodeterminação no Sahara Ocidental. Também a filial local da AMDH se insurgiu contra a prisão deste activista, qualificando-a «de arbitrária e de violação da liberdade de expressão.»